

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO GT-05 DA ANPED - ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (2010-2015)

Lúcio Dias Braga

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail luciodbraga@gmail.com)

Resumo: O objetivo geral deste artigo foi o de levantar o debate acerca da relação entre o Estado e a sociedade civil na produção científica das últimas cinco reuniões nacionais da ANPED, especificamente do GT05 - Estado e Política Educacional, no período de 2010 a 2015, com o foco nas parcerias público-privadas no campo da educação pública no Brasil. Para a análise do conteúdo, este trabalho se fundamentou na teoria crítica marxista, com ênfase na perspectiva gramsciana. O estado da arte, metodologia de abordagem qualitativa utilizada neste estudo, tratou de uma revisão bibliográfica acerca do tema em tela. Como principais apontamentos finais, boa parte dos autores identifica que as políticas neoliberais afrontam direitos tão duramente conquistados com a Constituição de 1988, fruto de lutas de diversos movimentos sociais que entendiam a escola pública, laica, universal e de qualidade como um pilar fundamental para a construção da democracia brasileira.

Palavras-chave: Estado, Sociedade Civil, Parcerias público-privadas na educação, ANPEd.

Introdução

A primeira eleição geral para a presidência com sufrágio universal, realizada após o período de golpe empresarial-militar no Brasil, foi realizada em meio à difusão das políticas neoliberais e globalizantes no mundo e que impunha a desoneração do Estado e redefinição de seu papel nas áreas sociais, em especial na educação pública. Nesse panorama, as propostas de parceria público-privada surgem no Brasil.

O tema deste artigo é, nesse contexto, a relação entre o Estado e as empresas privadas no campo da educação pública no Brasil, mediada pelas respectivas organizações sociais de “direito privado e interesse público”, isto é, Institutos e Fundações empresariais que atuam no campo social. Nosso objetivo é, portanto, traçar uma breve análise da produção científica das últimas cinco reuniões nacionais da ANPEd, especificamente do GT05- Estado e Política Educacional, no período de 2010 a 2015, já que a produção científica difundida nas reuniões regionais e nacionais tem legitimidade indiscutível para o debate educacional, refletindo-se dentro e fora do País.

Como a criação do GT05 decorre do fato de que, nos últimos vinte anos, com o processo de redemocratização e após a Constituição

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

de 1988, as políticas educacionais se tornaram o foco de preocupações dos governos, que apontaram trajetórias e perspectivas conjunturais específicas, desenhando-se este estudo.

Metodologia

Partindo da problemática discutida para o desenvolvimento deste artigo, resultado de um trabalho monográfico, objetivamos analisar a produção científica das últimas cinco reuniões nacionais da ANPEd, especificamente as do GT05- Estado e Política Educacional, produzindo um estudo a que se nomeia como estado da arte. No caso, analisaremos todos os trabalhos que foram, de fato, apresentados e publicados nessas reuniões, excetuando-se os trabalhos excedentes.

Em síntese, o estado da arte, metodologia utilizada neste estudo, trata de uma revisão bibliográfica acerca de um tema específico numa dada área do conhecimento (SILVA; CARVALHO, 2014). Considerando o tempo e o espaço para a realização deste estudo, o total de trabalhos publicados e apresentados no referido GT no período de 2010 a 2015 está disponibilizado na Tabela 1, assim como estão os trabalhos selecionados.

Tabela 1: Panorama dos trabalhos apresentados no período 2010-2015 no GT05-ANPEd

	2010	2011	2012	2013	2015	TOTAL
Trabalhos publicados e apresentados	20	19	19	17	23	98
Trabalhos selecionados neste estudo	1	3	1	2	3	10
	<i>Reunião realizada em Caxambu - MG</i>	<i>Reunião realizada em Natal - RN</i>	<i>Reunião realizada em Porto de Galinhas - PE</i>	<i>Reunião realizada em Goiânia - GO</i>	<i>Reunião realizada em Florianópolis - SC</i>	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que a análise aqui desenvolvida tem caráter qualitativo, fundamentada em escolhas teóricas específicas, dentre as quais estão Coutinho (2011), Gramsci (2000, 2001, 2002) e Motta (2007, 2008, 2016). Os comentários e a discussão serão desenvolvidos de acordo com o marco temporal de cada artigo, conforme Tabela 1.

Resultados e Discussão

Iniciamos o debate com Ramos (2010), no artigo *A política educacional paulista sob a lógica da reforma do estado brasileiro nos anos de 1990: uma análise relacional entre objetivos e pretextos*, que objetiva discutir os processos que pautaram a reforma educacional no Estado de São Paulo, tendo por base o documento de Reforma do Estado Brasileiro (BRASIL, 1995), produzido durante o governo Fernando Henrique Cardoso a muitas mãos, cujos próceres eram membros destacados de seu governo. Tomando como base tal reforma, a autora investiga o Estado de São Paulo como um laboratório das políticas neoliberais no País. De acordo com ela, a racionalização contida nas mudanças pedagógicas e gerenciais realizadas no Estado de São Paulo aponta para as diretrizes políticas de Reforma do Estado.

Luz e Oliveira (2011), no artigo *Participação das organizações do setor privado na educação pública piauiense e cearense*, apesar de procurarem fazer uma análise das políticas de educação focalizadas nos estados brasileiros do Piauí e do Ceará, intencionam realizar uma análise macrossocial importante: uma análise da conjuntura das políticas educacionais que estariam, como não poderiam deixar de ser, a reboque das políticas liberalizantes que, no Brasil, concorrem com a Reforma do Estado de 1995.

No primeiro caso analisado, que vem a ser o caso do Piauí, percebe-se um grande aporte de recursos por parte do Estado nas parcerias público-privadas na educação. Essa importante característica pode ser observada nas parcerias público-privadas na educação (BALL, 2004) em que o Estado passa de remador a piloto, destacando a característica gerencial da iniciativa privada com a “novidade” da terceira via, que articula a importância burocrática e organizacional do Estado. No segundo caso, analisando os programas e as políticas públicas em educação no Ceará, as autoras assinalam um aumento das relações entre iniciativa privada e Estado, o que, nessa perspectiva, segundo elas, reflete uma situação que espelha as parcerias público-privadas na educação no âmbito nacional.

Ainda em 2011, Lima e Gandin (2011), ao produzirem o artigo *Estado, gerencialismo e políticas educacionais: construindo um referencial teórico de análise*, objetivam contribuir com um referencial teórico que possa refletir as políticas educacionais contemporâneas. Os autores, desse modo, acabam por delinear, através de uma lente macrossociológica, os processos que se constituem como disputa de campo e processo de hegemonização e de construção de uma ideologia, a saber, o neoliberalismo contemporâneo.

A análise dos autores aponta para alguns referenciais teóricos fundamentais para a construção de um campo de pesquisa em políticas públicas e Estado a partir de uma perspectiva crítica. Seu encaminhamento sócio-

histórico percorre a perspectiva de Clarke e Newman (1997), os quais realizam uma importante discussão acerca da desconstrução do Estado de bem-estar social (*Welfare State*) e indicam, sobretudo, que, na prática, hoje, de acordo com o pensamento e a ação neoliberal no terreno das políticas públicas, o que ocorre não é uma “destruição” do Estado, mas sim a atribuição de uma nova função a ele. Isto vai emergir ideologicamente de um conceito em que Lima e Gandim (2011) se apoiam: o de *gerencialismo* (CLARKE; NEWMAN, 1997) que, originado dessa coalização de forças, emerge como discurso ideológico de gestão do Estado, o qual passa a funcionar a partir da lógica e dos paradigmas do mercado. Na perspectiva gerencial da Nova Direita (APPLE, 1999 apud LIMA; GANDIM, 2011), o Estado finalmente perderia seu caráter disfuncional e funcionaria a fim de atender aos interesses de todos. O interesse de uma minoria é travestido de interesse de todos e, portanto, é uma ideologia burguesa, entendida aqui como “falsa consciência das relações de domínio entre as classes” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 585).

Em seu artigo *O novo papel da escola como executora de políticas públicas: as parcerias da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para a realização de programas sociais*, Libaroni e Riscal (2011), a partir da análise de programas específicos da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo (SEESP), objetivam traçar o perfil ideológico das parcerias público-privadas na educação assumido pela secretaria. O período de análise de cerca de 13 anos abarca o período de instauração das políticas neoliberais no Brasil, tendo como importante marco conceitual a reforma administrativa do aparelho de estado (BRASIL, 1995). Uma categoria utilizada pelos autores e que representa esse processo ideológico é a ideia de “educação para o trabalho”. Empregabilidade e trabalhabilidade são conceitos construídos pela reengenharia social do capital com o objetivo de ressignificar o espaço do Estado como lócus privilegiado. O gerencialismo, como processo ideológico, liquefaz esse Estado e o pulveriza nas ações e responsabilizações do indivíduo.

Outra conceituação cara ao discurso das forças sociais progressistas, a de justiça social, tem sido, historicamente, associada às lutas políticas e sociais presentes principalmente no campo de ação contra-hegemônica da esquerda política. Incorporado, fetichizado e ressignificado, o conceito de justiça social se articula às novas funções do Estado gerencial (BALL, 2004), cujo conteúdo conservador caracteriza-se pelas ações voltadas para amenizar as várias expressões da “questão social”, reduzir a pobreza e a miséria, por exemplo. Os autores, após essa breve apreciação teórica, debruçam-se sobre os programas das escolas em São Paulo, principalmente dois deles, o *Escola da*

Família e o Superação Jovem. Em ambos, localizamos os objetivos descritos acima. Além dos programas apresentados, os autores elencam o *Programa Escola em Parceria* como aquele que, figurativamente, vai desempenhar a função ideológica e prática mais importante para a SEESP, qual seja: “compartilhar com a sociedade civil organizada a responsabilidade pela qualidade da educação” (LIBARONI; RISCAL, 2011, p. 10).

Em suas conclusões, os autores apontam para aquilo que Ball (2004) vai chamar de globalização, ou seja, quando as políticas neoliberalizantes procuram se acomodar de acordo com a cultura política e com os arranjos políticos hegemônicos e contra-hegemônicos locais. As ações políticas da SEESP são caracterizadas como compensatórias com a função de remediar desequilíbrios e apontar para uma responsabilização do sujeito na lógica mercantil.

No artigo *O projeto NAVE: análise da relação público-privada*, Azevedo e Gonzalez (2013) objetivam investigar a relação público-privada entre o Instituto Oi Futuro e a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro por intermédio do projeto do Núcleo Avançado em Educação (NAVE). Os autores optaram por abordar o assunto à luz de autores da literatura científica recente, os quais têm, em seus estudos, lançado um olhar atento às parcerias entre o poder público e o setor privado para a oferta de serviços educacionais, disseminados, de acordo com os autores, no Brasil. O caso do NAVE é paradigmático, pois revela uma parceria direta entre um grande instituto privado de telefonia pública e o governo estadual, inserindo-se no modelo segundo o qual a empresa não necessária e imediatamente busca aferir lucros diretos da parceria público-privada na educação. Mediada pelo seu braço social, a empresa constrói uma imagem filantrópica que influencia na venda de suas mercadorias. Por fim, os autores asseveram que o NAVE é “um projeto ambicioso que, apesar de algumas críticas, se propõe a responder a muitos dos desafios impostos por sua complexa proposta de ensino médio integrado em parceria público privada” (AZEVEDO; GONZALEZ, 2013, p. 13).

Em sua análise sobre o papel, o trabalho e o discurso institucional do *Programa Excelência em Gestão Educacional*, Braga e Santos (2013), no artigo *Um estudo sobre o Programa “Excelência em Gestão Educacional” da Fundação Itaú Social*, realizaram um estudo acerca de alguns parâmetros e diretrizes que envolvem as parcerias público-privadas na educação, lançando um olhar mais atento no que diz respeito ao modelo das escolas Charter, identificado como o mais próximo ao que a Fundação Itaú Social realizou no estado de Pernambuco. As autoras focalizam o programa e o delimitam como um projeto que mimetiza as escolas Charters norte-americanas, criadas no âmbito do programa norte-americano No Child Left Behind (NCLB)

(SARDINHA, 2013; MOTTA, 2016; SILVA; MOTTA, 2017, entre outros).

Destacando-se como paradigma da educação norte-americana, mais especificamente com grande atuação em Nova York, as autoras passam a escrutinar tal política educacional, uma vez que o discurso presente nos documentos da Fundação Itaú, que apoiaram a referida pesquisa, apontavam o êxito de tal modelo. Culpando o indivíduo ao invés do processo, o ambiente escolar fica impregnado pela lógica competitiva do mercado (SILVA; MOTTA, 2017) em prejuízo da prática democrática. O fortalecimento do protagonismo das forças sociais privatizantes no âmbito dos encaminhamentos de políticas públicas de educação implicou a inserção da lógica empresarial nas redes públicas e unidades escolares, a exemplo de bônus por desempenho para professores e diretores escolares. No entanto, uma interessante questão (por conta do discurso contraditório dos agentes privatizantes), demonstrada no artigo, é que, à medida que o programa aumenta o quantitativo do número de alunos e de escolas e se expande, os investimentos privados diminuem.

A conclusão a que chegam as autoras é a de que o modelo Charter, baseado em uma perspectiva mercadológica e sob um verniz meritocrático, não concorre com a melhoria da qualidade de ensino, assim como em Nova Iorque, além de atuar em prejuízo da gestão democrática e de uma autonomia legítima da comunidade escolar.

Em seu artigo sobre as relações entre o público e o privado no processo de educação do Brasil, denominado *As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira*, Peroni (2015) investiga as redefinições do papel do Estado frente ao avanço das políticas neoliberais pós anos 90. No debate teórico, que sustenta as afirmações da autora, destacamos um ponto importante observado na literatura recente sobre as parcerias público-privadas na educação. Trata-se do gerencialismo como discurso ideológico. A ideia de que a crise econômica, social e política pela qual passamos hodiernamente não é uma crise do capital, mas sim do Estado. E, se está em crise, tal fato ocorre pela gestão onerosa, pesada e pouco racional que se faz do Estado.

A democratização dos processos no interior da escola sempre foi uma “pedra no sapato” dos próceres do neoliberalismo, que, se pudessem, acabariam com o sufrágio como elemento decisório no interior do Estado. Visto como “contraproducente”, o processo democrático não pode, ao menos no atual período histórico, e para arripio do pensamento neoliberal, ser completamente extirpado. O setor público da educação é visto como setor estratégico para o capital, setor de investimentos importantes junto ao Estado, seja na conformação das redes, que desembocam em venda de

material didático, fornecimento de mão de obra qualificada, tecnologia etc, seja na participação desses entes privados no interior da máquina pública estatal.

A autora conclui que a participação dos entes que representam interesses privatizantes no interior do Estado, definindo, remodelando e participando ativamente das políticas públicas em educação, não ocorre sem o prejuízo do jogo democrático no interior da escola. Dialeticamente, o momento concorre com avanços, fruto da constituição brasileira de 1988 e da maior participação da sociedade nos processos relativos à escola. O ataque neoliberalizante à educação ocorre (não por acaso) neste momento, transformando semanticamente a crise do capital em crise do Estado.

Nascimento (2015), no artigo *Do governo dos homens e das almas*, faz um estudo de caso específico, a partir do *Programa de Governança Solidária Local (PGSL)*, implantado no município de Porto Alegre/RS no ano de 2005. Com inspiração teórica de Foucault e Delleuze, a autora se detém às práticas discursivas dos agentes do programa, inserindo, em sua lógica textual, o conceito de Estado *coach*, e entende a função educativa do Estado frente à sociedade civil, que se coloca como assimétrica e verticalizada, o que está em conformidade com o discurso dos documentos que compõem o PGSL. Esse Estado *coach* vai emergir, em um momento histórico-político caracterizado pelo neoliberalismo, como forma de relação econômica. Tal especificidade impregna o Estado e suas políticas de uma perspectiva ideológica que se afina aos processos dessa relação econômica. Individualismo, empreendedorismo, agilidade, resolução pacífica de conflitos, entre outros, são termos que simbolizam essa condição. Característico desse momento, o Estado delega ao indivíduo demandas que, por excelência, seriam suas. Menos do que “dividir responsabilidades”, esse Estado *coach* procura criar uma sociabilidade desejada, ao mesmo tempo que abandona uma sociabilidade não desejada, a responsabilização pública estatal pelas políticas públicas.

Na composição desse “sujeito coletivo”, o Estado busca a participação de lideranças locais (as quais detêm um capital simbólico importante, pois articulam conhecimentos locais) ou ainda de outros elementos da sociedade civil, como empresários e associações comunitárias. Ao invés de construir um espaço de troca pura e simples, o Estado dita e normatiza formas de relação social desejáveis, cerceando-as e as definindo. Para Nascimento (2015), o Estado, via PGSL, direciona o que e como essa troca deve ocorrer, circunstância que leva a uma condição: “Tais estratégias estariam servindo ao propósito de produzir sujeitos ou, pelo menos, o tipo de sujeito almejado pela GSL [Governança Solidária Local]: solidário, participativo, parceiro, atuante, empreendedor e co-

responsável” (NASCIMENTO, 2015, p. 13).

A autora conclui que, na disciplinarização e na conformação, atuando como um *coach*, o Estado vai, por meio do PGSL, construir práticas discursivas a fim de “acondicionar” almas obedientes a corpos disciplinados. Trata-se de uma sociedade civil desejada, construída através e a partir de práticas discursivas autoritárias, sob o simulacro de práticas democráticas, um mero verniz para, de acordo com a autora, esconder os reais interesses escamoteados nas práticas sociais autoritárias e dirigidas desse Estado.

Santos (2015), no artigo *Estado e gestão democrática da escola: a abordagem gerencialista performática na escola pernambucana*, entende as relações de poder e as tensões existentes no âmbito das relações entre sociedade civil e política afinadas com a teoria crítica, objetivando realizar a análise de uma prática política, as eleições para diretores de escolas no estado de Pernambuco, com base em sua materialidade, entendida pelo autor como fruto das tensões presentes entre a sociedade política e a sociedade civil.

A escola, nesse contexto, é lócus privilegiado dessa disputa política, na medida em que o Estado, em sua perspectiva educadora ou *gendarme* (COUTINHO, 2011, p. 269), tem o objetivo de atuar na construção do consenso – daí sua importância estratégica. Como sistema ideológico, o neoliberalismo produz práticas e modos de ser e de fazer legitimados como válidos, senão como os únicos aceitos, a fim de construir uma nova sociabilidade, apoiada nos paradigmas de um “ novo” liberalismo. Apesar disso, as conquistas dos movimentos sociais organizados e dos movimentos estudantis pós-Constituição de 1988 foram fundamentais para a resistência à implementação vertical de determinadas políticas neoliberalizantes.

Assim, de acordo com Santos (2015), fundamentado na análise de documentos que exprimiam as políticas públicas, existiria uma dualidade no interior das escolas estaduais em Pernambuco. Por um lado, há escolas entendidas em consonância com uma perspectiva performática e gerencialista, como escolas de excelência, que correspondem à minoria das escolas, e, por outro, há escolas estaduais cujo aporte de recursos financeiros e humanos é bem menor, correspondendo, de acordo com o autor, à maioria das escolas públicas do estado. Trata-se, de acordo com o autor, de uma dualidade fabricada, perversa e esclarecedora quanto às suas implicações ideológicas, chocando-se contra os movimentos que lutam cotidianamente pela democratização da sociedade e que reivindicam a escola como local privilegiado para a *práxis* democrática.

Conclusões

A partir dos 1990 e, principalmente, com a Reforma do Estado em 1995, mergulhamos decisivamente no revólto mar das políticas neoliberais. O corte temporal ao qual este trabalho se amarrou está relacionado ao amadurecimento e ao conseqüente incremento dessas políticas e, também, a uma maior reverberação das análises das políticas públicas no interior da academia.

Logo, a maior parte dos artigos aqui analisados revela que, na relação entre Estado e sociedade civil, há a crescente tendência de desoneração das funções e obrigações do Estado e o perverso deslocamento de suas funções para o próprio indivíduo. É o que Ball (2004) chamará de *performatividade*. O que ocorre, para alguns autores, não é exatamente a “destruição” do Estado, mas sim a atribuição de uma nova função a ele. Isto emergirá ideologicamente de um conceito com o qual Lima e Gandim (2011) e outros autores aqui retratados operam, o de *gerencialismo*, que se revela como uma forma de superar a suposta incapacidade do estado de bem-estar social. Essa crítica ao *welfare state* vai parir uma nova criatura ideológica e política: a aliança de uma nova direita, os neoliberais, que entoam o hino da ineficiência do Estado, e os neoconservadores, que apontam para a perspectiva da “meritocracia”, segundo a qual o Estado deve dedicar-se àqueles que realmente merecerem.

No que se refere ao eufemismo da “publicização”, termo que aparece na Reforma do Aparelho de Estado Brasileiro (1995), o que boa parte dos autores identifica é que as políticas neoliberais afrontam direitos tão duramente conquistados com a Constituição de 1988, fruto de lutas de diversos movimentos sociais que entendiam a escola pública, laica, universal e de qualidade como um pilar fundamental para a construção da democracia brasileira – democracia essa retalhada por um golpe empresarial-militar que teve como um dos seus principais objetivos calar as vozes dos movimentos sociais e populares e recompor os processos de contrarreforma no Estado Brasileiro.

No entanto, as conclusões da maior parte dos artigos apontam para o fato de que o mercado não tem condições de substituir a ação política, pois não possui os marcadores necessários para a construção de uma escola democrática para uma sociedade plural. Apesar dessa similitude, notamos que a natureza dos artigos analisados tem uma proximidade maior com os campos de pesquisa pluralista ou institucionalista do que proximidade com o campo da análise marxista-gramsciana que privilegiamos em nossa abordagem teórica.

Por fim, esperamos contribuir com esse debate, servindo como mais um alerta aos movimentos progressistas, populares e nacionais que almejam uma sociedade mais igualitária e observam a educação pública como arena privilegiada dessa luta. Que avancem e não esmoreçam diante dos ataques às liberdades democráticas demonstrados neste breve panorama.

Referências

AZEVEDO, Eduardo Campos de; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. O projeto NAVE: análise da relação público-privada. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEd, 2013.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. v. 1.

BRAGA, Simone Bitencourt; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. Um estudo sobre o Programa “Excelência em Gestão Educacional” da Fundação Itaú Social. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEd, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. **The managerial state: power, politics and ideology in the remaking of social welfare**. London: Sage Publications, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Edição Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Edição Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 5: americanismo e fordismo. Edição Carlos Nelson

Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIBARONI, Guilherme Adolfo; RISCAL, Sandra Aparecida. O novo papel da escola como executora de políticas públicas: as parcerias da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para a realização de programas sociais. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34, Natal. **Anais...** Natal: ANPEd, 2011.

LIMA, Iana Gomes de Lima; GANDIN, Luís Armando. Estado, gerencialismo e políticas educacionais: construindo um referencial teórico de análise. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34, Natal. **Anais...** Natal: ANPEd, 2011.

LUZ, Liliene Xavier; OLIVEIRA, Antônio Glauber Alves. Participação das organizações do setor privado na educação pública piauiense e cearense. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34, Natal. **Anais...** Natal: ANPEd, 2011.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social:** as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo. 2007. 379f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde On-line**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 549-572, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n3/09.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. Investimento social privado em educação: desmonte do caráter público da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 68, p. 323-337, jun. 2016.

NASCIMENTO, Clarice Antunes do. Do governo dos homens e das almas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 37, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEd, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 37, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEd, 2015.

RAMOS, Géssica Priscila. A política educacional paulista sob a lógica da reforma do estado brasileiro nos anos de 1990: uma análise relacional entre objetivos e pretextos. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2010.

SANTOS, José Everaldo. Estado e gestão democrática da escola: abordagem gerencialista performática na escola pernambucana. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 37, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPEd, 2015.

SARDINHA, Rafaela Campos. **Projeto PROCENTRO e as escolas CHARTER:** investigação de um modelo educacional defendido pela Fundação Itaú Social. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas - Botânica) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. O estado da arte de pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução. In: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO: perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas, 18, 2014. Recife. **Anais...** Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Amanda Moreira da; MOTTA, Vânia Cardoso da. A presença do empresariado na educação pública. **Educação em Revista**, Marília, v. 18, n. 2, p. 27-42, jul./dez. 2017.